

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 2021 e 2020

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC-TG  
editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.



## SUMÁRIO

<b>Relatório do Auditor Independente -----</b>	<b>03</b>
<b>Balanco Patrimonial -----</b>	<b>06</b>
<b>Demonstração do Resultado -----</b>	<b>08</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -----</b>	<b>09</b>
<b>Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados -----</b>	<b>09</b>
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) -----</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas -----</b>	<b>11</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Diretores da  
INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

Destacamos que as demonstrações contábeis da Informática de Municípios Associados S/A - IMA, em 31 de dezembro de 2021, indicam prejuízos acumulados de R\$ 38.797 mil e capital circulante negativo de R\$ 3.503 mil, apesar do lucro contábil no exercício de R\$ 16.238 mil. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma companhia no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da Companhia.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando os assuntos quando aplicável, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais

relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 15 de março de 2022.

**SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC – 2SP 017.676/O-8

CNAI PJ – 000155

**HUGO FRANCISCO SACHO**

CRC – 1SP 124.067/O-1

## BALANÇO PATRIMONIAL – em R\$ Reais (1,00)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>115.958.316</b>	<b>91.353.758</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	3.357.384	1.111.022
Contas a receber de clientes	<b>5</b>	6.614.345	8.843.210
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa	<b>5.1</b>	(3.031)	-
Contratos com clientes	<b>5.2</b>	103.913.047	78.637.421
Adiantamentos		490.490	453.160
Estoques		37.730	37.326
Tributos a recuperar	<b>6</b>	179.308	144.594
Tributos à restituir	<b>6</b>	1.335.789	2.093.770
Despesas antecipadas		33.254	33.255
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>141.850.493</b>	<b>166.083.005</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>134.243.184</b>	<b>159.638.101</b>
Contratos com clientes	<b>5.2</b>	8.094.214	26.472.709
Depósitos judiciais	<b>17.2</b>	971.688	1.168.525
Ativos especiais	<b>11</b>	9.705.336	13.329.109
Propriedades para investimentos	<b>8</b>	115.471.946	118.667.758
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>4.611.816</b>	<b>5.222.125</b>
Imobilizado		20.999.807	21.689.211
(-) Depreciação acumulada		(16.387.991)	(16.467.086)
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>1.105.493</b>	<b>1.222.779</b>
Intangível		5.959.525	5.730.565
(-) Amortização acumulada		(4.854.032)	(4.507.786)
<b>Arrendamento</b>	<b>19</b>	<b>1.890.000</b>	-
Imóvel		3.150.000	-
(-) Amortização acumulada		(1.260.000)	-
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>257.808.809</b>	<b>257.436.763</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



## BALANÇO PATRIMONIAL – em R\$ Reais (1,00)

PASSIVO	Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>119.460.897</b>	<b>95.827.086</b>
Arrendamento	19	1.260.000	-
Fornecedores	12	1.077.158	2.284.738
Obrigações com clientes	5.2	103.913.047	78.637.421
Salários e obrigações sociais	13	7.365.755	10.278.172
Obrigações sociais - parcelamentos	15	1.377.701	1.511.545
Obrigações tributárias	14	1.187.433	1.195.519
Obrigações tributárias - parcelamentos	15	1.121.943	1.086.437
Cnpem - parcelamento	15	268.003	284.075
Acordos trabalhistas - parcelamentos		-	66.181
Acordo cível - parcelamentos	18	1.479.185	-
Outros passivos circulantes		-	1.342
Adiantamentos		182.530	174.256
Impostos e contribuições diferidos	16	228.142	307.400
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>22.075.366</b>	<b>58.736.956</b>
Arrendamento	19	735.000	-
Obrigações tributárias - parcelamentos	15	3.344.542	4.300.668
Cnpem - parcelamento	15	-	225.663
Obrigações sociais - parcelamentos	15	942.867	2.557.124
Acordo cível - parcelamentos	18	7.560.833	-
Obrigações Sociais		-	26.990
Passivos contingentes	17.2	1.397.910	25.153.802
Obrigações com clientes	5.2	8.094.214	26.472.709
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>116.272.546</b>	<b>102.872.721</b>
Capital social	20	155.069.142	41.209.553
Capital a integralizar	20.1	-	(1.612.357)
Reserva de capital	20.2	-	118.667.758
Prejuízos acumulados	21	(38.796.596)	(55.392.233)
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>		<b>257.808.809</b>	<b>257.436.763</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – em R\$ Reais (1,00)

	Nota	2021	2020
<b>Receita líquida dos serviços</b>	<b>22</b>	<b>80.495.931</b>	<b>80.835.941</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		<b>(58.524.336)</b>	<b>(62.830.574)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>21.971.595</b>	<b>18.005.367</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(4.598.509)</b>	<b>(22.507.527)</b>
Administrativas	<b>23</b>	(31.201.581)	(24.772.617)
Reversão de Provisões	<b>17.2</b>	26.659.002	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.850)	(8.652)
Outras Receitas (Despesas)	<b>24</b>	30.710	2.350.473
Despesas tributárias		(80.790)	(76.731)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>17.373.086</b>	<b>(4.502.160)</b>
<b>Resultado líquido das receitas (despesas) financeiras</b>	<b>25</b>	<b>(1.134.884)</b>	<b>(2.569.359)</b>
Receitas Financeiras		169.004	129.400
Despesas Financeiras		(1.303.888)	(2.698.759)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>16.238.202</b>	<b>(7.071.519)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – em R\$ Reais (1,00)

		Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	TOTAL
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>		<b>41.209.553</b>	<b>(1.612.357)</b>	<b>118.667.758</b>	<b>(48.502.241)</b>	<b>109.762.713</b>
Ajustes de exercícios anteriores	<b>21.1</b>	-	-	-	181.527	181.527
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(7.071.519)	(7.071.519)
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>		<b>41.209.553</b>	<b>(1.612.357)</b>	<b>118.667.758</b>	<b>(55.392.233)</b>	<b>102.872.721</b>
Ajustes de exercícios anteriores	<b>21.1</b>	-	-	-	357.435	357.435
Aumento (redução) do capital social	<b>20.1</b>	(1.612.357)	1.612.357	-	-	-
Integralização de capital	<b>20.2</b>	115.471.946	-	-	-	115.471.946
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.238.202	16.238.202
Reserva de capital	<b>20.2</b>	-	-	(118.667.758)	-	(118.667.758)
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>		<b>155.069.142</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.796.596)</b>	<b>116.272.546</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS PREJUÍZOS ACUMULADOS – em R\$ Reais (1,00)

	Nota	2021	2020
<b>Saldo inicial de prejuízos acumulados</b>	<b>21.1</b>	<b>(55.392.233)</b>	<b>(48.502.241)</b>
Ajustes de exercícios anteriores		357.435	181.527
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		16.238.202	(7.071.519)
<b>(=) Saldo final de prejuízos acumulados</b>	<b>21.1</b>	<b>(38.796.596)</b>	<b>(55.392.233)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – em R\$ Reais (1,00)

	Nota	2021	2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		16.238.202	(7.071.519)
Depreciações e amortizações	<b>9 e 10</b>	5.214.451	5.091.282
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>5.1</b>	3.031	-
Provisões para contingência	<b>17.2</b>	430.880	259.090
Reversões de provisões para contingências	<b>17.2</b>	(24.186.772)	-
Ajuste de exercícios anteriores	<b>21.1</b>	357.435	181.527
Cancelamento de ações ordinárias	<b>20.1</b>	1.612.357	-
<b>Prejuízo líquido ajustado</b>		<b>(330.416)</b>	<b>(1.539.620)</b>
<b>Aumento (redução) nas contas do ativo</b>			
Contas a receber	<b>5</b>	2.228.865	(1.208.501)
Adiantamentos		(37.330)	171.858
Propriedades para investimentos	<b>8</b>	3.195.812	-
Outros ativos		919.701	(447.870)
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>		<b>1.940.982</b>	<b>3.021.491</b>
Arrendamento	<b>19</b>	105.000	-
Fornecedores	<b>12</b>	(1.207.580)	(350.961)
Salários e obrigações sociais	<b>13</b>	(2.939.407)	2.454.100
Obrigações tributárias	<b>14</b>	(8.086)	(103.398)
Parcelamentos tributários	<b>15</b>	(2.976.637)	969.754
Parcelamentos processos cíveis	<b>18</b>	9.040.018	-
Impostos e contribuições diferidas	<b>16</b>	(79.258)	62.117
Outros passivos		6.932	(10.121)
<b>Geração (utilização) operacional de caixa</b>		<b>7.917.614</b>	<b>(2.642)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Movimentação líquida do imobilizado e intangível	<b>9 e 10</b>	(863.083)	(1.307.554)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos</b>		<b>(863.083)</b>	<b>(1.307.554)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Integralização de capital	<b>20.1</b>	113.859.589	-
Reserva de capital	<b>20.2</b>	(118.667.758)	-
<b>Caixa Líquido das atividades de financiamentos</b>		<b>(4.808.169)</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA</b>		<b>2.246.362</b>	<b>(1.310.196)</b>
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	<b>4</b>	1.111.022	2.421.218
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	<b>4</b>	3.357.384	1.111.022
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA</b>		<b>2.246.362</b>	<b>(1.310.196)</b>
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em R\$ Reais 1,00)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Informática de Municípios Associados S/A – IMA é uma sociedade anônima de economia mista de capital social fechado, domiciliada na cidade de Campinas-SP, constituída nos termos da Lei Municipal nº 4.635, de 09 de julho de 1.976. O acionista controlador é a Prefeitura Municipal de Campinas, com 99,97% das ações. Tem como finalidade a prestação de serviços de tecnologia da informação, comunicação, telecomunicações, atendimento e teleatendimento, serviços gráficos, imprensa oficial do Município de Campinas, serviços de compra, aluguel e venda de imóveis próprios, gestão e administração da propriedade imobiliária, atuando em estreita parceria com a administração pública, na busca de melhores resultados na gestão de serviços públicos.

Em 06 de dezembro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da IMA, mediante a transferência de trinta e dois terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 08 de janeiro de 2021, dos 32 terrenos recebidos, foram averbados 31 (trinta e um), com registros no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Desta forma, a IMA efetuou no exercício, a integralização ao capital social no valor de R\$ 115.471.946 (cento e quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e seis) correspondente a 115.471.946 ações ordinárias nominativas para acionista Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 16 de outubro de 2021, foram canceladas 1.612.357 (um milhão, seiscentos e doze mil, trezentos e cinquenta e sete) ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada ação, em decorrência do fim do prazo de 48 meses para integralização ao capital social, conforme disposto na resolução 1, da Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 16 de outubro de 2017.

Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade, não integralizar como capital social na IMA, o último terreno que faltava, registrado sob matrícula 74850, no valor de R\$ 3.195.812 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e doze reais), devido a não averbação, sendo o saldo do referido imóvel, baixado da conta de Reserva de Capital, em contrapartida à conta de Propriedade para Investimentos.

### 2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1. Base de apresentação

A partir do exercício de 2021, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Completas - NBC TGs, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicadas às empresas em geral.

#### 2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas



A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da IMA use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências, assim, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A IMA revisa as estimativas e as premissas anualmente.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas na nota explicativa nº 17 – Provisões para contingências, processos trabalhistas, cíveis e tributários.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado incerto quanto a sua realização. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, e não havendo mais possibilidade de recurso pela parte contrária, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

### 2.3. Data de autorização

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis e as disponibilizou em 08 de março de 2022.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Caixa e equivalentes de caixa** - Os valores contabilizados representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata auferidos até a data do balanço.

**3.2 Clientes** – Registrados pelas respectivas transações na data de sua ocorrência, ou seja, pelo regime de competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe evidência que a IMA não receberá todos os valores devidos, de acordo com as condições originais de seus contratos celebrados com clientes, do histórico passado de pagamentos, do risco de crédito do cliente e da perspectiva de honrar os compromissos futuros. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para títulos vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, traduzindo o real valor de seus ativos.

**3.3 Contratos com clientes** – Os saldos dos contratos com clientes firmados pela IMA são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante como direitos que empresa espera ter em troca da transferência de serviços a realizar; e no passivo circulante e passivo não circulante, como obrigação que a empresa espera ter com serviços a prestar.

**3.4 Estoques** – Avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, inferiores ao valor de mercado. Quando necessária a provisão para desvalorização, é constituída com base na análise dos estoques, tempo de permanência e seu montante é avaliado pela Administração.

**3.5 Propriedade para investimentos** – Propriedades recebidas do acionista controlador e integralizadas ao capital social da IMA, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 06 de dezembro de 2019, e autorizado pelo Executivo Municipal. Tais propriedades não são mantidas para venda.

**3.6. Imobilizado** – São demonstrados pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base em taxas que consideram a vida útil econômica estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há comprovação de aumento nos benefícios econômicos. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado quando incorrido.

**3.7. Redução ao valor recuperável de ativos**– A Administração efetua programa de recuperabilidade, mediante a contratação de empresa especializada para valorização dos bens tangíveis e intangíveis, e quando identificadas evidências de desvalorização, são realizados os ajustes contábeis aos valores recuperáveis.

**3.8. Arrendamento** – Quando o contrato celebrado junto a terceiro possui característica de arrendamento e se identifica o direito de controlar o uso de um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, o reconhecimento é realizado no Ativo, em contrapartida no Passivo - Arrendamento.

**3.9. Apuração do resultado** – As receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual a IMA espera ter direito, pela transferência de bens ou serviços aos clientes, obedecendo ao regime de competência, na medida da prestação dos serviços junto aos clientes. Os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

**3.10. Capital social** - Composto por ações ordinárias. Quando há Lucros Acumulados e/ou Reservas de Lucros, os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos no Passivo, até a definição em Assembleia Geral Ordinária, quanto à distribuição aos acionistas ou a incorporação ao capital social da empresa.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Caixa e bancos</b>	2.327	1.105
<b>Aplicações financeiras:</b>		
Banco Brasil - Aplicação BB Supremo (i)	<u>3.355.057</u>	<u>1.109.917</u>
	<b><u>3.357.384</u></b>	<b><u>1.111.022</u></b>

As aplicações financeiras são representadas por:

- (i) BB Curto Prazo Supremo Setor Público - Fundo de renda fixa de curto prazo, indicado para o setor público, com liquidez e rentabilidade diárias, indexados ao CDI/Selic.

#### 5. CLIENTES

##### 5.1 Clientes

Os principais clientes da IMA são:



<b>Cientes</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prefeitura Municipal de Campinas	6.099.838	8.339.418
Empresa Municipal Desenvolvimento de Campinas-Emdec	159.026	142.714
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti	141.992	99.179
Instituto Previdência Social do Mun. de Campinas -Camprev	77.441	58.442
Município de São José dos Campos	51.168	51.168
Centrais de Abastecimento de Campinas-Ceasa	18.857	17.043
Companhia de Habitação Popular de Campinas - Cohab	6.021	8.982
Câmara Municipal de Campinas	-	8.691
Serviços Técnicos Gerais-Setec	7.873	8.414
Município de Valinhos	-	1.198
Fundação Municipal Educação Comunitária - Fumec	-	907
Município de Americana	757	709
Município de Nova Odessa	4.547	701
Demais Valores	46.825	105.644
	<b>6.614.345</b>	<b>8.843.210</b>
(-) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.031)	-
	<b>6.611.314</b>	<b>8.843.210</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

<b>Exercícios</b>	<b>Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável</b>	<b>Saldos vencidos</b>				<b>Total</b>
		<b>&lt; = 30 dias</b>	<b>31 - 60 dias</b>	<b>61 - 90 dias</b>	<b>&gt; 90 dias</b>	
31/12/20	8.761.224	80.770	608	608	-	8.843.210
31/12/21	6.592.002	13.672	5.640	758	2.273	6.614.345

## 5.2 Contratos com Clientes

A NBC TG 47 dispõe sobre a receita de contrato com cliente. Esta norma estabelece um modelo que deve ser aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a norma, as receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente.

Assim, os saldos dos contratos com clientes firmados pela IMA estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante como direitos que empresa espera ter em troca da transferência de serviços a realizar, e no passivo circulante e passivo não circulante, como obrigação que a empresa espera realizar os serviços, conforme demandas.

O quadro abaixo apresenta os saldos no “circulante” (ativo e passivo) e no “não circulante” (ativo e passivo):



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prefeitura Municipal de Campinas	101.009.327	98.570.340
Administrações Indiretas da PMC	10.424.437	5.957.972
Outros Clientes	573.497	581.818
	<b>112.007.261</b>	<b>105.110.130</b>
Circulante	103.913.047	78.637.421
Não circulante	8.094.214	26.472.709

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RESTITUIR

Tributos a recuperar são constituídos decorrentes da retenção sobre notas fiscais de serviços prestados e compensados com tributos devidos.

### Tributos e Contribuições

<u>a recuperar</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CSLL	56.910	52.552
IRRF	122.398	89.990
ICMS	-	2.052
	<b>179.308</b>	<b>144.594</b>
Circulante	179.308	144.594

### Tributos e Contribuições

<u>a restituir</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS	-	384.053
COFINS	156.131	153.493
CSLL	69.644	180.725
IRPJ	1.110.014	1.375.499
	<b>1.335.789</b>	<b>2.093.770</b>
Circulante	1.335.789	2.093.770

Os tributos a restituir se referem a recuperação de crédito relativo aos exercícios de 2012 a 2015, levantados com base na reversão da adição das despesas de PIS e de COFINS diferidas, conforme determina o art. 7º da Lei 9.718/98, bem como levantamento sobre bases negativas da CSLL e IRPJ em decorrência da imunidade tributária (artigo 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal do Brasil).

## 7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 7.1 – Prefeitura Municipal de Campinas

O reconhecimento das receitas faturadas e a faturar em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são assim compostas:

## Cientes - Parte Relacionada

### Prefeitura Municipal de Campinas

	2021	2020
Serviços faturados e pendentes de recebimento	2.004.464	1.515.173
Serviços a faturar (i)	4.095.374	6.824.245
	<b>6.099.838</b>	<b>8.339.418</b>

(i) Reconhecimento dos serviços prestados das competências de dezembro de 2021 e 2020.

A composição com partes relacionadas são:

	Ativo circulante		Receitas	
	2021	2020	2021	2020
Prefeitura Municipal de Campinas	6.099.838	8.339.418	81.143.482	83.221.405
Demais empresas e entidades municipais	514.507	503.792	6.919.970	5.180.882
	<b>6.614.345</b>	<b>8.843.210</b>	<b>88.063.452</b>	<b>88.402.287</b>
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.031)	-		
	<b>6.611.314</b>	<b>8.843.210</b>		

## 7.2 Contratos de Prestações de Serviços

A IMA mantém contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas, órgãos da administração indireta de Campinas e com outras Prefeituras do Estado.

Sobre os serviços prestados à Prefeitura de Campinas, são contratos de valores fixos (redes lógicas, service desk e publicação do Diário Oficial) e variáveis (desenvolvimento de softwares, telecomunicações, atendimento, hospedagem, contas de e-mail e gerenciamento eletrônico de dados), conforme a demanda do cliente.

A Prefeitura Municipal de Campinas representou no exercício de 2021, 93% (exercício de 2020 = 95%), do total do faturamento bruto da IMA.

Os contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas são:

Área de negócio	Contrato	Modalidade	Descrição	Vigência até	Saldos em	
					31/12/2021	31/12/2020
<b>Sustentação</b>	001/2018	Storage	Armazenamento de dados	Jan/2023	160.320	6.513
	107/2021	E-mail	Gestão de e-mail - Contas Individuais/Grupo	Jul/2023	866.390	-
	109/2021	Hospedagem	Computação em nuvem privada	Jan/2023	14.284.130	-
	164/2016	E-mail	Gestão de e-mail - Contas Individuais/Grupo	Jul/2021	-	334.960
	165/2016	Hospedagem	Hospedagem sistemas/sites em banco de dados	Jul/2021	-	4.126.492
					<b>15.310.840</b>	<b>4.467.965</b>
<b>Soluções em softwares</b>	169/2019	Softwares	Direito de uso de sistemas	Jan/2025	2.226.352	2.971.860
	170/2019	Softwares	Suporte técnico e desenvolvimento	Jul/2022	42.082.685	65.264.173
					<b>44.309.037</b>	<b>68.236.033</b>
<b>Suporte Técnico</b>	163/2016	Service Desk	Monitoramento e manutenção de serviço AD	Jul/2021	-	990.000
	110/2021	Service Desk	Suporte técnico de computadores	Jul/2023	3.132.000	-
					<b>3.132.000</b>	<b>990.000</b>
<b>Telecomunicações</b>	001/2021	Conectividade	Telecomunicação	Jul/2022	13.466.499	-
	044/2016	Conectividade	Telecomunicação	Jan/2021	-	1.976.552
	108/2021	Projetos técnicos	Monitoramento e gerenciamento redes lógicas	Jul/2022	1.317.370	-
	166/2016	Projetos técnicos	Monitoramento e gerenciamento redes lógicas	Jul/2021	-	1.216.000
					<b>14.783.869</b>	<b>3.192.552</b>
<b>Atendimento ao cidadão</b>	008/2020	Atendimento	Teleatendimento	Jul/2021	-	4.132.562
	069/2018	Atendimento	Atendimento Presencial	Jul/2021	-	11.689.922
	097/2021	Atendimento	Digitação de documentos	Jun/2022	2.028.926	-
	112/2021	Atendimento	Atendimento Presencial	Jul/2022	12.307.838	-
	113/2021	Atendimento	Teleatendimento	Jul/2022	4.489.237	-
	133/2016	Atendimento	Digitação de documentos	Jun/2021	-	2.101.838
					<b>18.826.001</b>	<b>17.924.322</b>
<b>GED e Serviços de Apoio</b>	009/2020	Digitalização	Gerenciamento eletrônico de dados	Jul/2021	-	2.863.314
	111/2021	Digitalização	Gerenciamento eletrônico de dados	Jan/2023	3.148.869	-
					<b>3.148.869</b>	<b>2.863.314</b>
<b>Diário Oficial e Artes Digitais</b>	113/2017	Artes digitais	Serviços gráficos e publicação Diário Oficial	Out/2021	-	896.154
	135/2021	Artes digitais	Publicação no Diário Oficial e Suplementos	Out/2022	496.089	-
	137/2021	Artes digitais	Serviços gráficos diversos sob demanda	Out/2026	1.002.622	-
					<b>1.498.711</b>	<b>896.154</b>
<b>Total</b>					<b>101.009.327</b>	<b>98.570.340</b>

### 7.3 Remuneração dos Administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da IMA.

Conforme estabelece o Estatuto Social da IMA, a administração é composta por 8 (oito) membros do Conselho de Administração e 5 (cinco) membros da Diretoria Executiva.

A decisão de todas as operações da IMA é submetida à Diretoria e ao Conselho de Administração, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da IMA a que



estavam subordinadas, em conformidade com art. 142 da Lei 6.404/76. Qualquer membro do Conselho de Administração da IMA é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da IMA.

A IMA estabeleceu a Política de Transações com Partes Relacionadas através da Norma Administrativa nº 030, de 12 de abril de 2019, em consonância com o art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

O quadro abaixo demonstra a composição da remuneração global bruta paga nos respectivos exercícios:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração dos administradores	2.359.963	1.985.944

Conforme disposto no Estatuto Social da IMA, os conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores executivos são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. A IMA, por intermédio de advogado especialmente contratado, assegurará aos seus conselheiros e diretores, a defesa em eventuais processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa.

A garantia prevista estende-se a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação da diretoria executiva da IMA.

## **8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS**

A Lei Complementar nº 238, publicada no Diário Oficial do Município em 15 de outubro de 2019, autorizou o Município de Campinas a transferir para a IMA, trinta e dois terrenos no valor total de R\$ 118.667.758 para fins de integralização e aumento do capital social da IMA (vide nota explicativa 20.2). Estes imóveis estão classificados no Ativo não Circulante como Propriedades para Investimentos, em observância ao que dispõe NBC-TG 28 (R4).

Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade, não integralizar ao capital social da IMA o único imóvel que faltava, o terreno de matrícula 74850, no valor de R\$ 3.195.812 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e doze reais), devido a não averbação, cujo saldo foi baixado da conta de Reserva de Capital, em contrapartida à conta de Propriedade para Investimentos. Com isso, o saldo de Propriedade para Investimentos no encerramento do exercício, ficou em R\$ 115.471.946.

## **9. IMOBILIZADO**

Classes do imobilizado	2021			2020	% taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	29.438	(20.621)	8.817	13.161	10%
Móveis e Utensílios	1.166.306	(1.007.771)	158.535	215.952	10%
Máquinas e Equipamentos	2.137.125	(1.586.791)	550.334	708.390	10%
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	1.329.134	(729.933)	599.201	732.116	10%
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	2.033.023	(496.382)	1.536.641	1.739.944	10%
Equipamentos de Informática	13.770.490	(12.202.292)	1.568.198	1.572.364	20%
Benfeitorias em Bens Terceiros	505.477	(315.387)	190.090	240.198	20%
Veículos	28.814	(28.814)	-	-	20%
	<b>20.999.807</b>	<b>(16.387.991)</b>	<b>4.611.816</b>	<b>5.222.125</b>	

A IMA efetuou testes de *impairment*, conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, visando identificar se algum de seus ativos ou conjunto de ativos sofreram desvalorizações. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, asseguram que estão registrados contabilmente por valores, que não excedem seus valores recuperáveis, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização.

#### Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	2020	Movimentação do exercício			2021
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Líquido
Instalações	13.161	-	-	(4.343)	8.818
Móveis e Utensílios	215.952	3.241	(3.255)	(57.404)	158.534
Máquinas e Equipamentos	708.390	42.178	(4.478)	(198.524)	547.566
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	732.116	-	-	(132.915)	599.201
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	1.739.944	-	-	(203.303)	1.536.641
Equipamentos de Informática	1.572.364	605.685	(9.249)	(597.834)	1.570.966
Benfeitorias em Bens Terceiros	240.198	-	-	(50.108)	190.090
	<b>5.222.125</b>	<b>651.104</b>	<b>(16.982)</b>	<b>(1.244.431)</b>	<b>4.611.816</b>

## 10. INTANGÍVEL

Classe do intangível	2021			2020	% taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Programas de computadores	5.958.566	(4.854.032)	1.104.534	1.221.820	20%
Marcas e patentes	959	-	959	959	
	<b>5.959.525</b>	<b>(4.854.032)</b>	<b>1.105.493</b>	<b>1.222.779</b>	



### Síntese da movimentação do ativo intangível:

Classe do Intangível	2020	Movimentação do exercício			2021
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Programas de computadores	1.221.820	228.961	-	(346.247)	1.104.534
Marcas e patentes	959	-	-	-	959
	<b>1.222.779</b>	<b>228.961</b>	-	<b>(346.247)</b>	<b>1.105.493</b>

A IMA também realizou teste de *impairment* nos ativos intangíveis, em atendimento à norma NBC TG 01 (R4), estando registrados contabilmente, em valores inferiores aos seus valores recuperáveis, portanto, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização.

### 11. ATIVOS ESPECIAIS

A Lei nº 15.572, de 19 de março de 2018, autorizou a Informática de Municípios Associados – IMA a utilizar bens intangíveis definidos como programas de computador (softwares), de propriedade do município de Campinas, no valor total de R\$ 23.294.485, conforme laudo técnico preparado por empresa especializada, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei Federal 6.404/1976, destinado para o aumento do capital social da Informática de Municípios Associados – IMA.

Em cumprimento à Lei mencionada, os acionistas da IMA deliberaram em 26 de abril de 2018, pelo aumento do capital social, conforme Ata da AGO/AGE. Em contrapartida, a IMA registrou tais programas na rubrica de Ativos Especiais – Softwares destinados a venda e/ou comercialização, no Ativo Não Circulante.

Esses softwares já faziam parte das receitas e do escopo de serviços exclusivos da IMA à Prefeitura do Município de Campinas.

Como detentora do direito intelectual, a IMA pode efetuar a venda e comercialização desses softwares a outras prefeituras e autarquias, que estão sujeitas em sua maioria, ao cumprimento de obrigações principais e acessórias atendidas por esses intangíveis. Os valores foram apropriados pelo critério de geração de renda, ou seja, pela capacidade de gerar receitas e sua projeção de valor no período explícito da vida útil esperada para geração de benefícios à IMA. O fluxo de receitas se baseou em relatório de receitas por software disponibilizado pela IMA, e opinião técnica sobre a vida útil econômica esperada.

Foi adotada a amortização pelo método linear, durante a vida útil econômica estimada, sem valor residual.

Classe ativos especiais	2021			2020	% taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares para venda	23.294.485	(13.589.149)	9.705.336	13.329.109	15,6%



Classe ativos especiais	2020	Movimentação do exercício			2021
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Softwares para venda	13.329.109	-	-	(3.623.773)	9.705.336

## 12. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores (i)	1.077.158	1.295.134
Acordo com fornecedor (ii)	-	989.604
	<b>1.077.158</b>	<b>2.284.738</b>

(i) Os principais fornecedores são: prestadores de serviços para manutenção de acessos à internet, serviços de telefonia, licenças e manutenções de softwares, banco de dados, data-center, serviços de assistência médica e o proprietário do imóvel, onde se localiza a sede da IMA.

(ii) No exercício de 2020, foi celebrado acordo com a Operadora de Plano de Saúde, contratada na época para atendimento do quadro de servidores, cujo parcelamento foi liquidado no exercício de 2021.

Acordos	Valor principal	Parcelas	Período vencimento	31/12/2021	31/12/2020
				-	989.604
Operadora de plano de saúde - Proc. SEI.IMA.2016.19-31	1.237.004	10	nov/20 a ago/21	-	989.604

## 13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações sociais são:

	2021	2020
Provisão de férias	4.847.125	4.920.877
Provisão de INSS sobre férias	927.546	1.318.795
INSS	509.802	510.235
Provisão de FGTS sobre férias	387.770	393.670
FGTS a recolher	385.122	390.488
CPRB-Contribuição previdenciária s/ receita bruta	264.125	253.002
Rescisões	34.442	-
Pensão alimentícia	8.421	14.396
Demais obrigações sociais	1.402	4.324
Provisão para reajuste salarial	-	2.472.230
Salários	-	155
<b>Total</b>	<b>7.365.755</b>	<b>10.278.172</b>

## 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRRF	747.598	748.627
COFINS	239.085	236.138
ICMS	104.323	115.756
PIS	51.802	51.163
Lei 10.833 (Pis, Cofins e CSLL)	21.882	20.997
INSS PJ	8.784	9.020
ISSQN	8.715	8.293
FUST	3.496	3.683
FUNTELL	1.748	1.842
<b>Total</b>	<b>1.187.433</b>	<b>1.195.519</b>

A IMA obteve autorização da Receita Federal do Brasil, para compensação de tributos e contribuições. A seguir, destacamos o montante dos tributos e encargos que foram compensados nos exercícios de 2021 e 2020.

Modalidades	<u>Valores compensados</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS patronal	286.230	-
CPRB	135.058	22.348
IRPJ	278.568	-
CSLL	140.989	-
	<b>840.845</b>	<b>22.348</b>

#### 15. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PGFN-Obrigação acessória	2.994.397	3.402.092
Previdenciário	1.799.131	2.829.636
COFINS	777.929	1.116.221
CPRB	521.436	1.239.033
IRPJ-CSLL-PIS-COFINS-PERT-Lei 13.496/17	356.195	390.277
CNPEM - Acordo judicial	268.003	509.739
ICMS	177.575	247.822
PIS	160.390	230.692
<b>Total</b>	<b>7.055.056</b>	<b>9.965.512</b>
Circulante	2.767.647	2.882.057
Não Circulante	4.287.409	7.083.455

Abaixo, a rela o dos parcelamentos das obriga es:

#### PARCELAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
<b>ICMS</b>					
Parcelamento 1	360.390	60	179.180	79.635	99.545
Juros a incorrer			(1.605)	(714)	(891)
			<b>177.575</b>	<b>78.921</b>	<b>98.654</b>
<b>Previdenciário</b>					
Parcelamento 1	3.511.423	60	875.421	745.488	129.933
Parcelamento 2	1.668.431	60	812.562	372.360	440.202
Parcelamento 3	194.734	145	111.148	15.193	95.955
	<b>5.374.588</b>		<b>1.799.131</b>	<b>1.133.041</b>	<b>666.090</b>
<b>Previdenciário desoneração - CPRB</b>					
Parcelamento 1	1.707.503	60	521.436	244.660	276.776
<b>RFB - PIS</b>					
Parcelamento 1	209.127	60	91.861	43.741	48.120
Parcelamento 2	144.072	60	68.529	32.154	36.375
	<b>353.199</b>		<b>160.390</b>	<b>75.895</b>	<b>84.495</b>
<b>RFB - COFINS</b>					
Parcelamento 1	992.986	60	472.318	221.614	250.704
Parcelamento 2	664.949	60	305.611	148.403	157.208
	<b>1.657.936</b>		<b>777.929</b>	<b>370.017</b>	<b>407.912</b>
<b>RFB - PERT - Lei 13.496/17 - IRPJ-CSLL-PIS-COFINS</b>					
Parcelamento 1	724.773	150	356.195	48.301	307.894
<b>CNPEM - Acordo judicial</b>					
Parcelamento 1	841.022	46	268.003	268.003	-
<b>PGFN - Papel Imune</b>					
Parcelamento 1	3.544.787	84	2.994.397	548.809	2.445.588
<b>TOTAL DOS PARCELAMENTOS</b>	<b>14.203.808</b>		<b>7.055.056</b>	<b>2.767.647</b>	<b>4.287.409</b>

A IMA possui a previsão de liquidar o saldo de parcelamento da CNPEM no exercício social seguinte, não havendo mais saldo da obrigação contabilizado no Passivo Não Circulante.

#### 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
COFINS diferida	187.514	252.657
PIS diferido	40.628	54.743
<b>Total</b>	<b>228.142</b>	<b>307.400</b>
Circulante	228.142	307.400

As contribuições diferidas foram calculadas sobre o faturamento com a Prefeitura Municipal de Campinas, e não recebido até a data do balanço. O diferimento de tais contribuições foi realizado em observância à Lei nº 9.718/1998, art. 7º.

#### 17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

##### 17.1. Ações em que a IMA configura no Polo Ativo

A IMA possui em andamento alguns processos tributários por ela impetrados junto à União Federal os quais destacamos, conforme posição obtida junto aos nossos Assessores Jurídicos, mencionadas as respectivas probabilidades de perda:



- a) Contribuições previdenciárias sobre serviços prestados por cooperativas – inexigibilidade da contribuição previdenciária de 15%, instituída pela Lei nº 9.876/1999, sobre o valor bruto da nota fiscal. O valor da ação é de R\$ 50.000, classificada como de perda remota;
- b) Contribuições sociais devidas a terceiros – inexigibilidade das contribuições sociais patronais devidas ao INCRA, SEBRAE, FNDE, SESC e SENAC, no valor de R\$ 50.000, com possibilidade de perda possível;
- c) FGTS Lei Complementar nº 110 – inexigibilidade da contribuição social de 10%, incidente sobre o saldo de conta do FGTS, em caso de dispensa sem justa causa do empregado, no valor de R\$ 50.000, com possibilidade de perda possível;
- d) PIS\COFINS - inexigibilidade das contribuições sociais do PIS e da COFINS no tocante à inclusão do ISS em suas bases de cálculo, no valor de R\$ 50.000, com possibilidade de perda possível;
- e) RAT Alíquota - inexigibilidade da contribuição devida ao Seguro Acidente do Trabalho – SAT/RAT pela alíquota majorada nos termos do Decreto nº 6.957/09, no valor de R\$ 50.000, com possibilidade de perda possível;
- f) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS E COFINS - inexigibilidade das contribuições do PIS/COFINS/CPRB com o valor do ICMS em suas bases de cálculo, no valor de R\$ 200.000, com possibilidade de perda possível;
- g) IRPJ Imunidade recíproca - Ação Declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes que tenha por conteúdo a exigência do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica – IRPJ sobre as receitas da Autora decorrentes dos serviços públicos essenciais que realiza, declarando o direito da autora à imunidade recíproca, baseada no artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal, no valor de R\$ 200.000, com possibilidade de perda possível;
- h) Assegurar o direito líquido e certo da empresa à restituição dos saldos destacados nos seguintes: PERD/COMP's nºs: 21268.95195.300615.1.2.04-0263, 42647.33593.140715.1.2.04-2185, 26251.19847.200815.1.2.04-3261, 24728.53532.281015.1.6.04-1467, 29565.53269.231015.1.2.04-9288, 26048.26598.231115.1.2.04-6011, 22458.56296.160320.1.2.24-1555, Processo Administrativo nº 10830.724.695/2018-37, PER/DCOMP nº 27599.80598.140316.1.2.04-5738 e Processo Administrativo nº 10830.721.459/2014-35, no valor de R\$ 1.100.509,68, com possibilidade de perda possível.

**17.2 Depósitos judiciais, passivos contingentes, divulgação dos processos de perda possível (NBC TG 25 - R2) e movimentação dos processos de perda provável:**

	Depósitos judiciais		Contingências			
	Ativo não circulante		Prováveis		Possíveis	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ações trabalhistas	364.175	340.925	1.012.446	1.012.446	2.379.812	2.746.915
Ações cíveis	607.513	827.600	-	24.141.356	675.654	465.473
Ações tributárias	-	-	385.464	-	-	-
	<b>971.688</b>	<b>1.168.525</b>	<b>1.397.910</b>	<b>25.153.802</b>	<b>3.055.466</b>	<b>3.212.388</b>

### Movimentação contingências prováveis

	2020	Adições	Baixas	Reversões	2021
Ações trabalhistas	1.012.446	45.027	-	(45.027)	1.012.446
Ações cíveis	24.141.356	-	-	(24.141.356)	-
Ações tributárias	-	385.464	-	-	385.464
<b>Total</b>	<b>25.153.802</b>	<b>430.491</b>	<b>-</b>	<b>(24.186.383)</b>	<b>1.397.910</b>

**Depósitos judiciais:** contabilizados no Ativo não Circulante, relativos aos processos:

- **Trabalhistas:** decorrentes de recursos ordinários, de revista e extraordinários, que montam em valor atualizado R\$ 364.175.
- **Cíveis:**
  - a) Interposição de ação rescisória contra acórdão exarado pelo TJSP, que condenou a IMA ao pagamento de indenização referente a utilização de softwares e equipamentos após a extinção do contrato administrativo. O depósito se refere à exigência legal de garantia do juízo, no importe de 5% do valor da causa. Atualmente, aguarda-se autorização judicial para levantamento do depósito, tendo em vista que as partes amigavelmente celebraram um termo de acordo para pôr fim à demanda judicial. O valor atualizado é de R\$ 132.876.
  - b) Ação Anulatória de Crédito Tributário, que foi julgada improcedente pelo TRF3, condenando a IMA ao pagamento de multa por não cumprimento de obrigações acessórias relativas à imunidade tributária de papel utilizado em impressão gráfica. O depósito se refere à determinação judicial para conceder a suspensão da exigibilidade do crédito, evitando-se assim o início da execução fiscal. Atualmente, aguarda-se autorização judicial para levantamento dos valores, em razão de acordo celebrado com a Procuradoria da Fazenda com parcelamento do débito. O valor atualizado é de R\$ 474.637.

**Passivos contingentes:** contabilizados no Passivo não Circulante.

Conforme NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o contingenciamento do passivo de processos trabalhistas e cíveis foi submetido à análise pela Administração, a qual entende que o montante das provisões é suficiente para a cobertura de eventuais perdas, baseada na opinião dos assessores jurídicos.

- **Trabalhistas:** A IMA está envolvida em processos trabalhistas, decorrentes principalmente, de reclamações que tratam da reintegração de ex funcionários. Em volume menos expressivo, a Companhia também possui ações movidas por colaboradores terceirizados, que requerem verbas como horas-extras, adicional noturno, periculosidade, insalubridade e outras verbas rescisórias, sendo que para os litígios classificados como de perda provável, foi constituída a provisão no total de R\$ 1.012.446.

Em dezembro de 2021, houve a reversão da provisão de um processo trabalhista no valor R\$ 45.027, decorrente de acordo firmado entre as partes.



Em março de 2021, por deliberação dos Administradores da IMA, e em decorrência dos Decretos Municipais nºs 21.243/2021 e 20.782/2020, os quais vetaram o aumento das despesas com pessoal, foi realizada a reversão da provisão para reajuste salarial relativa ao exercício de 2020, no total de R\$ 2.472.230.

- Cíveis: referem-se a ações ordinárias e de cobrança. Dentre estes litígios, destaca-se a ação cível movida pela IBM, de cobrança cumulada com Rescisão de Contrato e Reintegração de Posse de softwares e equipamentos, distribuída em 30 de janeiro de 2002 e com pedido de condenação, referente às cobranças do período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2002, no montante de R\$ 23.931.175. Esta ação foi classificada como de perda provável, pelos assessores jurídicos da empresa, a qual foi provisionada no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, e mantida até o exercício de 2020. Em 23 de setembro de 2021, a IMA, através de seus representantes legais, assinou o Cumprimento de Sentença nº 0025716-80.2020.8.26.0114. Nesse acordo, a credora aceitou receber, parceladamente, o montante de R\$ 8.100.000 mais honorários advocatícios de R\$ 900.000 – vide nota explicativa 18. Assim, em decorrência do Cumprimento de Sentença, houve a reversão total da provisão para esta contingência, no montante de R\$ 23.931.175, e o reconhecimento da Obrigação com Parcelamento, no montante total de R\$ 9.000.000.

Em setembro de 2021, foi realizada a reversão da provisão, relativo ao processo 1040315-41.2019.8.26.0114, movido pela Associação pela Excelência do Software de Campinas – Softex, no valor de R\$ 210.181 com decisão judicial (trânsito em julgado) favorável a IMA, declarando extinta a execução, devido à inexigibilidade da obrigação.

- Tributário: em dezembro de 2021, a IMA constituiu provisão para contingências fiscais no montante de R\$ 385.464, referente aos processos administrativos da Anatel de nºs 51508 e 2546448. Os processos estão na esfera administrativa, e trata-se de questionamentos do órgão fiscalizador ANATEL, em relação as receitas de telecomunicações contabilizadas nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente. Os advogados externos patrocinadores dos respectivos processos classificaram como risco de perda provável.
- O saldo de R\$ 389 são reversões de outras provisões.

Considerando as reversões de provisão para processos trabalhistas e cíveis, e da reversão da provisão para reajuste salarial, se identifica o montante total no exercício, de R\$ 26.659.002, conforme se observa no Resultado do Exercício.

## 18. ACORDO PROCESSO CÍVEL

Em 23 de setembro de 2021, a IMA, através de seus representantes legais, assinou o Cumprimento de Sentença nº 0025716-80.2020.8.26.0114, referentes às parcelas vencidas do Contrato de Cessão de Uso de Programas nº 010/95 e dos Contratos de Locação de Máquinas nºs 007/95 e 008/95. Nesse acordo, a credora IBM aceitou receber em 85 (oitenta e cinco) parcelas o montante de R\$ 8.100.000 mais honorários advocatícios de R\$ 900.000. As parcelas são atualizadas pelo índice IPCA-E, a partir da data da assinatura do acordo, acrescidas de juros de 1% ao mês, calculado *pro rata die*. Os valores estão atualizados até 31 de dezembro de 2021.



Processos	Valor		Período vencimento	31/12/2021	31/12/2020
	principal	Parcelas			
0025716-80.2020.8.26.0114	8.100.000	85	out/21 a nov/28	8.134.848	-
Honorários advocatícios	900.000	85	out/21 a nov/28	905.170	-
<b>Total</b>	<b>9.000.000</b>			<b>9.040.018</b>	-
			Circulante	1.479.185	-
			Não Circulante	7.560.833	-

## 19. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

A IMA considerou os termos e as condições previstas nos contratos de despesa celebrados para consecução de suas atividades, considerando a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, sobre a existência de características similares ou em circunstâncias similares para aplicação da referida norma.

Nesse contexto, o contrato de aluguel do imóvel utilizado pela IMA como sua sede, apresentou as características de arrendamento, tendo efetuado o adequado registro contábil.

A composição dos saldos dos ativos e passivos de arrendamento são:

2021					
Ativo de arrendamento	Custo	Amortização acumulada	Líquido	% taxa anual de amortização	
Imóvel	3.150.000	(1.260.000)	1.890.000	40%	

  

Passivo de arrendamento	Custo	Despesa financeira	Desconto obtido	Pagamentos	Saldo a pagar em 31/12/2021
Imóvel	3.150.000	94.787	(45.447)	(1.204.340)	1.995.000
				Circulante	1.260.000
				Não circulante	735.000

O montante dos pagamentos mínimos estimados são:

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Imóvel	1.400.080	765.360	-

O contrato de aluguel de imóvel tem vigência de cinco anos (de 26/06/18 a 26/06/2023), e poderá ser renovado por igual período, de acordo com os interesses das partes.

O arrendamento está registrado pelo valor original do contrato, no ativo e no passivo, e as atualizações monetárias e descontos obtidos estão registrados no resultado do exercício.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**20.1** Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberam por cancelar o saldo de 1.612.357 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada ação, em decorrência do fim do prazo de 48 meses para integralização ao capital social, e em decorrência, o

saldo de capital a integralizar, de R\$ 1.612.357 foi revertido conforme se observa na Mutação do Patrim nio Líquido.

**20.2** Conforme mencionado na nota explicativa n  01, o Município de Campinas transferiu para a IMA, 32 (trinta e dois) terrenos no valor total de R\$ 118.667.758 para fins de integraliza o e aumento do capital social, sendo contabilizado inicialmente   conta de Reserva de Capital no Patrim nio Líquido, em contrapartida   conta Terrenos no Ativo Não Circulante, como Propriedade para Investimentos (vide nota explicativa 8). Em 08 de janeiro de 2021, foi realizada a averba o de 31 (trinta e um) terrenos no 2  Cartório de Registro de Imóveis de Campinas no valor de R\$ 115.471.946, e com esse fato, houve o aumento do capital social da IMA, com a emissão de 115.471.946 a oes ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada a o, detidas pela acionista Prefeitura Municipal de Campinas. Desta forma, o capital social da IMA passou a ser de R\$ 156.681.499, a partir de 08 de janeiro de 2021 e em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade em não integralizar o terreno de matrícula 74850 no valor de R\$ 3.195.812, devido a não averba o no cartório, sendo estornado o respectivo saldo, das contas de Reserva de Capital e de Propriedade para Investimentos (ANC).

A composi o da participa o acionária tem seguinte distribui o:

Acionistas	2021		2020	
	Qtd. A�oes	%	Qtd. A�oes	%
Prefeitura Municipal de Campinas	155.025.396	99,9718	39.553.450	99,8895
Município de Valinhos	16.286	0,0105	16.286	0,0411
Sociedade de Abastecimento de água e Saneamento S.A.	9.416	0,0061	9.416	0,0238
Companhia de Habita�o Popular de Campinas	7.155	0,0046	7.155	0,0181
Hospital Municipal Doutor Mário Gatti	7.155	0,0046	7.155	0,0181
Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	3.734	0,0024	3.734	0,0094
<b>Total a�oes ordinárias integralizadas</b>	<b>155.069.142</b>	<b>100,000</b>	<b>39.597.196</b>	<b>100,000</b>
A�oes ordinárias a integralizar	-		1.612.357	
<b>Total de a�oes ordinárias subscritas</b>	<b>155.069.142</b>		<b>41.209.553</b>	

O capital social da IMA   composto por a oes ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 por a o.

## 21. PREJ ZOS ACUMULADOS

### 21.1 Ajustes de exercícios anteriores

Com referência a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retifica o de Erro, os ajustes de exercícios anteriores contabilizados no exercício foram:

- Em 2021, ocorreram os estornos parciais de PIS R\$ 13.085 e COFINS R\$ 42.884 da competência de janeiro de 2017, referente a PERD COMP 25851.56749.220217.1.3.02-8503, não homologada integralmente pela RFB, conforme Despacho Decisório 2977049, de 07/12/2020, que resultou em ajuste devedor.
- Em 2021 foi realizada a adequa o do sistema de folha de pagamentos para apura o do cálculo da desonera o sobre os encargos previdenciários da provisão de férias e de adiantamento de férias, resultando em ajuste credor líquido de R\$ 413.403.

Segue a composição dos valores:

	<b>Competências</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cofins	2017	(42.884)	-
Pis	2017	(13.085)	-
Provisão de férias	-	453.026	-
Adiantamento de férias	-	(39.622)	-
Parcelamento RFB	-	-	181.527
<b>Total</b>		<b>357.435</b>	<b>181.527</b>

No final dos exercícios de 2021 e 2020, os saldos da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, foram transferidos para a conta de Prejuízos Acumulados.

## 22. RECEITA LÍQUIDA

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>88.063.452</b>	<b>88.402.287</b>
ISSQN	(2.667.101)	(2.576.569)
COFINS Diferida	(2.429.183)	(2.497.883)
ICMS Telecomunicações	(1.447.865)	(1.482.209)
PIS Diferida	(526.323)	(541.208)
COFINS	(209.112)	(156.303)
PIS	(45.308)	(33.866)
ICMS sobre vendas de produtos	(219)	(189)
Cancelamento de Serviços	(242.410)	(278.119)
<b>Receita líquida</b>	<b>80.495.931</b>	<b>80.835.941</b>

## 23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Pessoal	19.018.507	19.879.664
Material	78.306	60.697
Serviços de terceiros	1.059.534	939.028
Gerais	1.562.126	1.454.308
Processos judiciais	9.483.108	2.438.920
	<b>31.201.581</b>	<b>24.772.617</b>

A variação no saldo das despesas com Processos judiciais decorreu principalmente do acordo cível firmado, conforme evidenciado na nota explicativa 18.

## 24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita com venda da folha de pagamentos	-	2.341.881
Locação de imóvel	40.837	-
Outras	6.125	8.592
<b>Total de outras receitas</b>	<b>46.962</b>	<b>2.350.473</b>
Baixa de bens do imobilizado	(16.252)	-
<b>Total de outras despesas</b>	<b>(16.252)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado outras receitas/despesas</b>	<b>30.710</b>	<b>2.350.473</b>

## 25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(i) Descontos obtidos	92.117	155
Receita sobre aplicação financeira	63.018	7.031
(ii) Variação monetária ativa	13.869	122.214
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>169.004</b>	<b>129.400</b>
(iii) Variação monetária impostos	(359.148)	(433.241)
(iv) Juros sobre acordo cível	(295.887)	-
(iv) Variação monetária sobre acordo cível	(244.766)	-
(v) Multas com impostos	(205.369)	-
(vi) Variação monetária com arrendamento	(141.128)	-
(vii) Juros - tributos e contribuições	(35.010)	(1.848.780)
Tarifas bancárias	(11.832)	(10.775)
Impostos sobre operações financeiras	(10.190)	(3.128)
Juros - fornecedores	(366)	(228.801)
Descontos concedidos	(157)	(1.250)
Variação monetária passiva	(35)	(895)
Multas de mora - fornecedores	-	(103.129)
Multas de mora - tributos e contribuições	-	(68.760)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(1.303.888)</b>	<b>(2.698.759)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.134.884)</b>	<b>(2.569.359)</b>

- (i) Descontos obtidos principalmente com a locação do imóvel da sede da IMA.
- (ii) Decorrentes, principalmente, sobre os tributos a recuperar e sobre os depósitos judiciais.
- (iii) Variação monetária incidente sobre os parcelamentos tributários.
- (iv) Juros e variação monetária sobre o acordo cível celebrado com a IBM.
- (v) Referente multa isolada sobre créditos em pedido de compensação.
- (vi) Referente ao imóvel sede da IMA;
- (vii) Referente Juros sobre parcelamento do ICMS e COFINS de competência de janeiro/2017, devido a homologação parcial de PERDCOMP no exercício.

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a IMA mantém contratação de seguro para o imóvel locado onde se localiza a Sede da empresa, em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. O valor segurado foi definido pela Administração em função do valor de mercado. Modalidade: prédio e conteúdo, sendo o valor segurado para danos materiais de R\$ 20.000.000 e para lucros cessantes ou despesas fixas de R\$ 108.000.000.

## 27. EVENTO SUBSEQUENTE

27.1 Considerando o disposto na NBC TG 24 (R2), declaramos que, por conta da Pandemia do COVID-19, os eventos subsequentes, após 31 de dezembro de 2021, não indicaram a necessidade de ajustes aos saldos apresentados nas respectivas demonstrações contábeis, provenientes de inadimplências por parte dos clientes, e de outros fatores que poderiam prejudicar a continuidade operacional da Informática de Municípios Associados – IMA.

27.2 O Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, celebrado antes da data da autorização da conclusão das demonstrações contábeis, pela Informática de Municípios Associados S.A - IMA e o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo - SINDPD possui vigência de 01/01/2022 a 31/12/2022. Em sua cláusula 4ª, há a previsão de dois reajustes:

- a) 11% aplicados nos salários vigentes em 01/01/2022;
- b) 10% aplicados nos salários a partir de 01/08/2022.

Além disso, o ACT prevê o pagamento de abono de 50% sobre o total dos vencimentos para cada funcionário, divididos em 2 parcelas iguais, com a primeira parcela a ser paga em dezembro de 2022 e a segunda parcela a ser paga em janeiro de 2023. Por fim, cumpre destacar que os reajustes previstos neste Acordo Coletivo quitam totalmente os índices de reajustes, referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022, previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos respectivos exercícios.



## **Diretoria**

**Elías Tavares Bezerra**  
**Diretor Presidente**

**Mário Armando Gomide Guerreiro**  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

**Rodolfo Cover de Santi**  
**Diretor de Inovação e Desenvolvimento**

**Michelle Cristiane Lopes**  
**Diretora de Operações de Polo Tecnológico**

## **Conselho de Administração**

**Aurílio Sergio Costa Caiado**  
**Presidente**

**Maurício De Lazzari Barbosa**  
**Membro**

**Tiago Ferraz de Arruda Aguirre**  
**Membro**

**Vanessa Viana Lima**  
**Membro**

**Elías Tavares Bezerra**  
**Membro**

**Wanderley de Almeida**  
**Membro**

**Renato Niveo Guimarães Mesquita**  
**Membro**

**Maurilei Pereira**  
**Membro**

## **Conselho Fiscal**

**Luiz Carlos Vidal e Silva**  
**Presidente**

**Christiano Biggi Dias**  
**Membro**

**Heber Gomes do Sacramento**  
**Membro**

**Ary James Pissinatto**  
**Membro**

**João Ayres Rabello Filho**  
**Membro**

## **Contadora**

**Ana Maria Cardoso de Oliveira Moraes**  
**CRC-SP 1SP248339/O-1**



INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS  
Rua Bernardo de Sousa Campos, nº 42 - Bairro Ponte Preta - CEP 13041-390 - Campinas - SP

Inf. Mun. Assoc./IMA-DP/IMA-DP-GJ

## PARECER

Campinas, 24 de março de 2022.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Informática de Municípios Associados S/A – IMA representado pelos membros que este subscrevem, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 163, da Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa e as Mutações do Patrimônio Líquido, complementados por Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, bem como o Relatório de Administração. Considerando-se que a documentação examinada está formalizada em termos que traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira; as verificações procedidas se assentaram basicamente em análises realizadas nos balancetes, avaliação de dados disponibilizados, informações e esclarecimentos prestados pelos órgãos diretivos, seguido do relatório apresentado pela auditoria independente – Sacho Auditores Independentes S/S; somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos senhores acionistas.

Campinas/SP, 21 de março de 2022.

#### Conselho Fiscal

*Luiz Carlos Vidal e Silva*

*Presidente*

*Christiano Biggi Dias*

*Membro*

*Heber Gomes do Sacramento*

*Membro*

*Ary James Pissinatto*

*Membro*

*João Ayres Rabello Filho*

*Membro*



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Vidal e Silva, Usuário Externo**, em 24/03/2022, às 10:30, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO BIGGI DIAS, Secretário(a) Municipal**, em 24/03/2022, às 10:32, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ARY JAMES PISSINATTO, Diretor(a) Executivo**, em 24/03/2022, às 10:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Ayres Rabello Filho, Usuário Externo**, em 24/03/2022, às 10:43, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heber Gomes do Sacramento, Usuário Externo**, em 24/03/2022, às 11:47, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **5363964** e o código CRC **EBA46F21**.